



Resposta ao Requerimento nº 1679/2023

Autoria: FRANKLIN

Assunto: *Informações referentes aos processos judiciais e ações de execução da Prefeitura Municipal de Valinhos.*

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, e em resposta ao Requerimento em epígrafe, vimos transmitir-lhe as informações precedentes disponibilizadas pelas áreas competentes da municipalidade, solicitando sejam encaminhadas ao autor da propositura.

Sem mais para o momento, registramos protestos de elevada estima e consideração.

Valinhos, 28 de novembro de 2023.

LUCIMARA ROSSI DE GODOY

Prefeita Municipal

Exmo. Sr.

SIDMAR RODRIGO TOLOI

Presidente da Egrégia Câmara Municipal de Valinhos

Proc. Administrativo 5- 25.933/2023

De: Vagner M. - SAJ-PGM-CCG

Para: SAJ-PGM - Procuradoria Geral do Município

Data: 23/11/2023 às 11:10:31

Setores envolvidos:

SAJ, SG-DRI, SAJ-PGM, SAJ-PGM-CCG, SAJ-PGM-CEF

REQUERIMENTO VEREADOR 36º SESSÃO

À Procuradoria-Geral do Município

Em complemento ao solicitado no requerimento anexado ao despacho inaugural, segue abaixo as respostas diante do contexto da rotina de trabalho do setor do Contencioso Geral:

1) Quantos processos judiciais foram movidos pelo município nos últimos seis (6) meses até a presente data?

Foram movidos pelo Município 08 processos no ano de 2023, estando pendente de ajuizamento mais 02 ações. Oportuno esclarecer que, embora o trabalho do Contencioso Geral seja essencialmente defensivo, sendo a maior parte das demandas de ações ajuizadas contra o Município, esse cenário será modificado nos próximos meses, em razão de estar em curso a implantação de procedimento de ajuizamento de ações regressivas de ressarcimento ao erário nas seguintes áreas: *i) medicamentos custeados pelo Município para cumprimento de decisões judiciais mas que são de competência de outro ente federado; ii) ações de regresso contra empresas terceirizadas em razão da condenação subsidiária do Município ao pagamento dos haveres trabalhistas dos funcionários que prestavam serviço ao Município.*

2) Quais foram os tipos mais comuns de processos judiciais enfrentados pelo município durante esse período?

Servidores públicos, concessão de medicamentos, anulação de lançamento do ISS e vaga em creche.

3) Existe uma tendência de aumento ou diminuição no número de processos judiciais ao longo desses seis (6) meses?

No que se refere às temáticas mencionadas no item anterior (especialmente servidores públicos e concessão de medicamentos), existe uma tendência de diminuição do número de processos judiciais. A diminuição do número de ações decorre do aperfeiçoamento do trabalho do setor, o qual, através da adoção de novas estratégias e teses jurídicas, acarretando na involuntária inibição do ajuizamento de ações desprovidas de substrato jurídico para acolhimento do pedido.

4) Quais são as áreas do direito mais frequentemente envolvidas nos processos judiciais do município?

Faço remissão à resposta do item 02.

5) Qual é o número total de ações de execução movidas pelo município nos últimos seis (6) meses até a presente data?

Prejudicado (execução fiscal).

6) Há uma concentração significativa de ações de execução em uma área específica, como dívidas fiscais ou contratuais?

Prejudicado (execução fiscal).

7) Como o município aborda a cobrança de dívidas antes de recorrer às ações de execução?

Prejudicado (execução fiscal).

8) Existe uma sazonalidade nas ações de execução, ou elas são distribuídas uniformemente ao longo do ano?

Prejudicado (execução fiscal).

9) Qual é a estrutura da equipe jurídica responsável por lidar com processos judiciais no município?

O setor do contencioso geral conta com 05 Procuradores Municipais, 01 Coordenador, 02 servidores para atividade de apoio aos Procuradores e 03 estagiários.

10) Quais são os principais desafios enfrentados pela equipe jurídica na gestão eficiente dos processos judiciais?

A gestão e concentração de informações, de forma pormenorizada, do substancial volume de processos em cursos. No entanto, com a iminência da contratação de empresa especializada que fornece software específico para essa finalidade, esse problema será resolvido.

11) Como o município utiliza a tecnologia na gestão e acompanhamento dos processos judiciais?

Atualmente, a gestão e acompanhamento dos processos judiciais é feito, internamente, através de abertura de processos administrativos no 1DOC e planilhas internas alimentadas pela Coordenação do setor. No entanto, após a finalização da contratação do sistema próprio mencionado no item anterior, a gestão processual será inteiramente feita através desse meio.

12) Há iniciativas específicas para a redução do número de processos judiciais ou a melhoria na eficiência do sistema judicial local?

Além das providências mencionadas no item 03, são realizadas constantes reuniões com as pastas afetas aos assuntos com mais demandas judiciais, visando a prevenção de demandas judiciais. Além disso, estão sendo implementadas iniciativas relacionadas à composição administrativa, tal como a instituição da Câmara Técnica de Medicamentos.

—
Vagner Mezzadri

Coordenador do Contencioso Geral



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C5E7-69CA-DB35-9584

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



NATALIA FERNANDA SOUZA VICENTE (CPF 403.XXX.XXX-65) em 27/11/2023 11:11:54 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://valinhos.1doc.com.br/verificacao/C5E7-69CA-DB35-9584>

Proc. Administrativo 3- 25.933/2023

De: Alexandre A. - SAJ-PGM-CEF

Para: SAJ-PGM - Procuradoria Geral do Município

Data: 22/11/2023 às 11:26:46

Setores envolvidos:

SAJ, SG-DRI, SAJ-PGM, SAJ-PGM-CCG, SAJ-PGM-CEF

REQUERIMENTO VEREADOR 36º SESSÃO

Para a Procuradoria Geral do Município:

Seguem subsídios necessários para as repostas. Contudo, deverão ser complementados pela Coordenadoria de Contencioso Geral:

1) Quantos processos judiciais foram movidos pelo município nos últimos seis (6) meses até a presente data?

Resposta: Foram ajuizadas 288 execuções fiscais de maio até a presente data (22/11/2023). Contudo, a resposta deverá ser complementada pela Coordenadoria de Contencioso Geral.

2) Quais foram os tipos mais comuns de processos judiciais enfrentados pelo município durante esse período?

Resposta: No âmbito da Coordenadoria de Execução Fiscal, as execuções fiscais se dividem em:

50% Dívidas Imobiliárias – mais comum IPTU

50% Dívidas Mobiliárias – mais comum ISSQN e Taxa de Licença de Funcionamento

Contudo, a resposta deverá ser complementada pela Coordenadoria de Contencioso Geral, pois o questionamento não se restringe a execuções fiscais.

3) Existe uma tendência de aumento ou diminuição no número de processos judiciais ao longo desses seis (6) meses?

Resposta: Não é possível responder, pois depende da inadimplência.

4) Quais são as áreas do direito mais frequentemente envolvidas nos processos judiciais do município?

A resposta deverá ser complementada pela Coordenadoria de Contencioso Geral.

5) Qual é o número total de ações de execução movidas pelo município nos últimos seis (6) meses até a presente data?

Resposta: Foram propostas 288 execuções fiscais de maio até a presente data (22/11/2023)

6) Há uma concentração significativa de ações de execução em uma área específica, como dívidas fiscais ou contratuais?

A resposta deverá ser complementada pela Coordenadoria de Contencioso Geral.

7) Como o município aborda a cobrança de dívidas antes de recorrer às ações de execução?

Resposta: Cobranças amigáveis (administrativas), possibilitando o parcelamento antes da execução fiscal

8) Existe uma sazonalidade nas ações de execução, ou elas são distribuídas uniformemente ao longo do ano?

Resposta: As execuções fiscais são propostas na medida em que a Secretaria da Fazenda promove a inscrição dos débitos em dívida ativa.

9) Qual é a estrutura da equipe jurídica responsável por lidar com processos judiciais no município?

Resposta: Procuradoria Geral do Município.

10) Quais são os principais desafios enfrentados pela equipe jurídica na gestão eficiente dos processos judiciais?

Resposta: Na Coordenadoria de Execução Fiscal, o maior desafio é a atualização cadastral.

11) Como o município utiliza a tecnologia na gestão e acompanhamento dos processos judiciais?

Resposta: Na Coordenadoria de Execução Fiscal, são usados serviços de gestão e peticionamento em bloco, além de serviços de localização de contribuintes.

12) Há iniciativas específicas para a redução do número de processos judiciais ou a melhoria na eficiência do sistema judicial local?

Resposta: Quanto às execuções fiscais, foi editada a Lei Ordinária Nº 6402/2023, que fixa o valor mínimo para ajuizamento de ação de execução fiscal, objetivando a cobrança de dívida fiscal de natureza tributária da Fazenda Pública Municipal, autoriza a desistência de execuções fiscais e dá outras providências; referida legislação buscou assegurar eficiência e economicidade nas ações dessa natureza em que figura como autor o Município de Valinhos.

—
Alexandre Palhares de Andrade

Procurador Coordenador de Execução Fiscal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C6DE-B197-BE3E-0F2E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



NATALIA FERNANDA SOUZA VICENTE (CPF 403.XXX.XXX-65) em 27/11/2023 11:12:33 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://valinhos.1doc.com.br/verificacao/C6DE-B197-BE3E-0F2E>